

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

UANA CARINE ENGELAGE

MOVIMENTO SOCIAL: O MST E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

MATINHOS
2011

UANA CARINE ENGELAGE

MOVIMENTO SOCIAL: O MST E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Educação do Campo, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de especialista.

Orientador: Ângela Katuta

MATINHOS
2011

MOVIMENTO SOCIAL: O MST E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Engelage, Uana Carine¹

Katuta, Angela²

RESUMO: Este artigo visa trazer reflexões sobre propostas de educação aplicada no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e seus interesses. A Educação do Campo permite nos fazer tais questionamentos para termos uma visão mais consciente, partindo dos sujeitos frente ao movimento social, que luta por uma educação igualitária, seja ela no campo ou cidade. A Educação do rural passa a ser questionada a partir dos anos 80, do século XX, muitos movimentos sociais passam a defender e construir elementos reflexivos sobre a educação do campo que hoje se torna foco de pesquisa para vários segmentos. Isso porque sua estrutura como formadora de políticas para os sujeitos do campo possibilita que os mesmos reconstruam sua identidade em uma perspectiva de assegurar os seus direitos como cidadãos sociais e políticos. Muitos autores apontam para a dicotomia educacional, mostrando a crescente onda de preconceitos sobre os educando do campo. A quem devemos culpar se o movimento para educação dentro do MST gera essa diferença de opinião, pois se o agente organizador é o Estado? Também não podemos esquecer que a educação é um dos pontos primordiais do MST, onde seus agentes se preocupam com uma formação adequada para a compreensão da sua realidade, mas reivindicando uma educação diferenciada daquela da cidade.

Palavras-chave: Educação, Movimento Social, Movimento dos Sem Terra.

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de XXX, e-mail: tal.

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

INTRODUÇÃO

O primordial mérito deste trabalho é de trazer um posicionamento mais abrangente sobre o MST (Movimento dos trabalhadores Sem Terra) e suas lutas por uma educação igualitária vinculada à sua realidade. A origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra passou a existir das lutas concretas dos trabalhadores rurais que foram crescendo de forma independente, pela conquista da terra, no final da década de 70. O Brasil vivia a abertura política, pós-regime militar. O capitalismo nacional não conseguia mais abrandar as contradições existentes em direção ao campo. A concentração da terra, a expulsão dos pobres da área rural e a modernização da agricultura prosseguiram, enquanto o êxodo para a cidade e a política de colonização entravam em aguda crise. Pereira (2002) afirma que essa crise era oriunda de séculos passados e de influência política e socioeconômica do país;

As “soluções” para os problemas da educação nas áreas rurais do Brasil estão diretamente relacionadas com o contexto político e socioeconômico do país. Em outras palavras, a situação política e socioeconômica do século dezesseis até o século dezenove era dominada por uma determinada classe; ou seja, donos de latifúndios e elites coloniais definiam os termos nos quais a educação seria oferecida. As “soluções” para a educação nas áreas rurais eram delimitadas pela estratificação socioeconômica. (PEREIRA; 2002, p.39-40).

Nesse contexto surgem várias lutas concretas que, aos poucos, se articulam. Dessa articulação se delineia e se estrutura o Movimento dos Sem Terra, que visa três grandes objetivos: a terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa. E no

sentido educacional significa formar indivíduos dentro de um contexto histórico real, ciente da história de seu povo e de suas possibilidades de construir a realidade, isto é ensinar a história do povo, não à das elites, estudarem as lutas populares e não os objetivos da elite, ensinar a realidade dos movimentos sociais e mostrar a real bandeira de luta deles, não dando atenção as estatísticas do governo.

Mostrar o MST enquanto Movimento Social em sua expressão dinâmica social é para muitos uma formulação de política, mas este trabalho não tem esse objetivo. Visa mostrar o MST como transformador e construtor de novos conhecimentos e valores, onde interage centralizando a ação humana como processo cultural e educativo. Para Caldart (2004), entender o sentido de uma educação que produz desde a dinâmica de um movimento social como o MST, é também buscar entender como a escola pode participar dos processos de transformação social.

Durante da década de 60 o sistema educacional adotou normas e aspirações internacionais. Em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi aprovada com varias referências a educação. E nas áreas rurais a lei estabelecia que: (1) Os donos de terras que não conseguissem manter escolas primárias para as crianças residentes em sua propriedade deveriam providenciar transporte para que pudessem freqüentar escolas nas redondezas ou construir uma.

O 1º artigo da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nos remete a refletir: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e manifestações culturais”. Dá ainda um prosseguimento onde diz: “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo de trabalho e a prática social”. Podemos observar que se trata de um todo, ou seja, não é somente a criança que deverá freqüentar ou ter direito à educação, pois a mesma está vinculada a todos os sujeitos envolvidos o processo educativo.

A luta por uma educação igualitária nos MST em seu campo de atuação possibilita ressaltar a grande importância da informação e comunicação como

instrumentos facilitadores dos processos educativos e do desenvolvimento dos agentes do campo, reabrindo novos universos de conhecimentos, fortalecendo as mudanças sócio-culturais, nas organizações e no pensamento dos agentes do MST fazendo com que eles descubram um mundo novo que até então não estava em sua abrangência. A escola é responsável com estes processos de formativos e preparação do indivíduo para auxiliar na melhoria da vida em sociedade. Para tanto, existem normas e diretrizes de órgãos governamentais voltadas para o desenvolvimento, à construção do saber e ensino para o indivíduo.

Podemos dizer que há uma ambigüidade na educação: Educação do Campo e Educação Urbana, que não se equiparam e que há contestações nas aplicações de políticas para educação. Para Martins (2004), é compreensível a dicotomia, porque a escola do campo é vista como apêndice da escola urbana;

No entanto, é perceptível que a dicotomia está estabelecida em uma esfera mais ampla do convívio social, classificada por Marx como classes sociais. Em síntese, tal dicotomia encontra-se socialmente instituída na cisão entre os detentores dos meios de produção – aqui compreendidos também enquanto propriedade privada da terra – e os que necessitam vender sua força de trabalho. Entender a educação rural como elemento ratificador da ordem mantenedora dessa relação de submissão do trabalho ao capital, expressada na luta de classes, é, de forma direta ou indireta, antagônica à idéia de educação enquanto desenvolvimento humano. (MARTINS, 2004, p.65).

No que se refere à educação, a sociedade requer que o cidadão comum tenha uma relação direta com o mundo social, afim de que possa obter mais informação, e tomar decisões, em suma, conviver em sociedade, tudo que o homem institui e determina para sua simplificação e comodidade na vida diária em todas as

áreas sociais, privada e pública, e entre as escolas não deveria haver caracterização educacional diferenciada.

E na especificidade da educação do campo onde o objetivo é o desenvolvimento rural podemos notar características físicas bastante diferenciadas das escolas urbanas. Em termos dos recursos disponíveis, a situação da escola da área rural ainda é bastante carente de recursos e estruturas e os Movimentos Sociais aludem que deve haver a superação da dicotomia existente entre a escola rural e a escola urbana. Caldart (2009) afirma que educação do campo não é educação rural. Esta última é deliberada pelas elites rurais, que impõem a sua educação, organiza educação com atuações compensatórias. A educação do campo está relacionada às Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo, e podendo ser diferenciada notadamente, quando nos referimos à educação com o campo, do campo e no campo. A autora ainda afirma que não devemos deixar de relacionar a Educação do campo e da cidade com objetivo de transformação, implantação, reivindicação, interação e mudanças, de políticas justas e igualitárias.

No entendimento da realidade do campo e dos sujeitos que nele vivem, esta ação devem estar em constante debate quando os fins são para a educação libertária.

Os elementos tomados como embasamentos no trabalho fortalecem o processo de reflexão em choque com a realidade social, tornando-se essencial relacionar possibilidades de mudanças para novas perspectivas e políticas educacionais para os agentes do MST. A partir das reflexões realizadas, pode-se estabelecer uma articulação entre as mudanças sociais, culturais, salientando e esclarecendo o desenvolvimento da coletividade, balizado no princípio de educar para as várias dimensões humanas e para valores humanistas e socialistas.

É a partir do reconhecimento da realidade em que se encontra a educação, que a sociedade poderá cobrar seus direitos, e fortalecer as políticas sociais a favor da Educação do campo, não sendo inferiorizada, e sim valorizada. Entende-se que o

direito a uma educação de qualidade seja garantido aos agentes do MST frente a sua realidade, e os conhecimentos disponíveis na sociedade faça parte da educação para facilitar sua realidade que se entende como educar para o trabalho, socializar esses conhecimentos é necessário para a vida dos que compõe o MST, na exterioridade política, no social, no econômico, em seu intelecto e fortalecendo a sua identidade dentro da formação técnico profissional.

MOVIMENTOS SOCIAIS, MST E EDUCAÇÃO

Os objetivos de reivindicação do MST em relação à educação implantada nos assentamentos, tornando seu ato um movimento social é o resultado da experiência adquirida durante longos anos de luta por uma educação de qualidade, com perspectiva de uma criação de políticas públicas que priorizem a educação dos que moram no campo, para nele produzir e viver.

As relações sociais neste século apontam para uma sociedade de classes, onde a responsabilidade do trabalhador do campo e a escola se fundem nos interesses do agronegócio, o camponês produtor de alimentos e o mundo moderno globalizado. Um modelo capitalista de agronegócio com produtores com eficiência produtiva para o mercado de trabalho e consumo. Diante desse contexto afirma-se que, as discussões em relação à Educação do Campo existem interesses de classes sociais que demandam diferentes programas para o campo e o agronegócio, formando através da educação do campo sujeitos/agentes fragmentados com desigualdade social, econômica e política. Para Antunes-Rocha (2009), o agronegócio não se impõe somente nas relações de produção, mas, também na ideologia escolar. É colocado como se tivesse voltado para o mundo moderno e não para o atraso como é apresentado o campo dos pequenos agricultores. Portanto pensa-se em novas formas educativas nessa realidade para os agentes do campo.

O trabalho e a cultura são elementos inseridos nas relações sociais e o mais visível é o conceito de que para a produção voltada ao capital, o trabalho humano encontra-se em meio ao processo de conhecimento da relação homem/natureza, ou seja, o trabalho como produção humana e o processo educativo exposto pelo capital: o futuro trabalhador, que para Martins (2004), as aproximações podem ser efetuadas também ao universo educacional, uma vez que se tem como objetivo realizar ações de ruptura com a lógica imperante, e não parcerias, ideologicamente subordinada ao capital e Antunes-Rocha (2009), formula esta ação como modelo escolar, que terá por princípio o trabalho cooperativo e a cultura que compreenda e respeite, sem hierarquias, a existência de diversas culturas na sociedade. Assim podemos questionar essa interação como objetiva ou defesa de interesses de grupos? Vale apenas ressaltar que o processo econômico vive uma constante nos sistemas sociais e o valor cultural permeia as ações humanas, e que para Leite (1999) essa ligação do homem com a natureza provoca tipos comportamentais exclusivos quando ele menciona que as ações vão muito além do controle de pragas, do trato do solo, do plantio, da colheita e sim suas manifestações de viver e interpretar o trabalho no campo fazendo sua razão de luta e continuidade histórica.

O MST em seu plano educacional, relacionado aos Movimentos Sociais, visa sua luta por melhores condições de vida e de trabalho, no urbano e no rural: educação para todos, moradia, alimentação, meios de transportes urbano/rural, saúde, salário digno, demonstrando assim, uma luta de rede sociopolítica e cultural, uma necessidade de qualificação da ação coletiva. Para Gohn (2010), neste cenário, portanto, podemos observar o caráter educativo dos movimentos, seu papel na cena pública relativo à inclusão social, à cultura política e suas manifestações na área da educação. Na concepção e estudos de Martins (2004) dessa forma, os representantes do MST ligados à educação são veementes ao afirmar que não há “escolas do MST”, mas sim escolas públicas situadas no interior dos acampamentos e assentamentos do movimento e ainda comenta que exige um trabalho pedagógico vinculado à experiência de vida e luta dessa comunidade.

Em relação contínua com a educação, o MST, através de seu movimento por uma educação igualitária contracenada com a realidade exposta em seu segmento, a presença de uma luta, o sistema de participação comunitária em relação à educação e por uma outra luta que se indica como a aquisição coletiva de direitos como a educação.

As práticas de uma nova educação se desenvolvem fora dos certames da escola, apoiadas nas organizações sociais e nos movimentos sobre direitos humanos e seu fator primordial de questionamento direciona-se à cidadania e identidade, desigualdades e exclusões e principalmente à educação. Gohn (2010) conduz este entendimento de maneira clara e de fácil entendimento, ela diz que o MST, destaca-se também por incluir a educação na sua agenda de trabalho e de ter um modelo próprio para ser desenvolvido nas escolas em seus assentamentos e naquelas de suas lideranças, buscando construir uma identidade cultural nova fundamentada nas visões de mundo contemporâneo e de comportamento que os diferenciam de outras categorias.

O MST E A EDUCAÇÃO NO CAMPO

Uma vez que vários aspectos aqui abordados remetem a questões pertinentes à situação do campo como espaço de produção e educação e o movimento do MST como agentes/sujeitos de uma educação capitalista, onde sua luta por igualdade na sociedade apresenta-se como uma questão de condição: sua vivência com a terra como meio de vida e de trabalho, sua luta então se relaciona a atividades ligadas ao campo, no campo, do campo e com o campo, é preciso então saber qual educação deveria ser aplicada? Ora, se para viver no campo é preciso aprender nele, logo o agente/sujeito (trabalhador/educando) do MST aprenderá para

o campo e suas atividades estarão a ele amarradas. E quem decidirá o que ensinar? Os conteúdos devam estar pautados por uma inserção social e política, a qual deve repercutir nos conhecimentos sobre as relações traçadas entre campo e cidade. Além do mais, é notório que existe uma aproximação do Estado e o capital, ao qual a adaptação de uma educação dirigida ao campo é de total interesse de ambas as partes, as prioridades do Estado estão amarradas na hegemonia das classes dominantes, mantendo assim a dependência econômica e social dos não privilegiados e suas ações educativas. Para Leite (1999), o Estado e o capitalismo usufruem do processo escolar para obtenção de seus objetivos, no entanto, podemos com a mesma base acrescentar que a educação preexiste ligada às classes, às proposições sociais e políticas.

Verificamos que embora a educação no campo tenha desenvolvido e aprimorado o nível de vida dos camponeses, ela ficou mais uma vez refreada a aspirações dos grupos dominantes. Estariam presos os paradigmas da escola do campo à exclusão sócio-política e aos níveis variáveis do sistema capitalista? Atualmente sobre as mudanças educacionais ocorrida no país, o sistema escolar torna o ensino um mínimo necessário para o modelo capitalista, sem comentar que esta situação, diminui a qualidade de vida no espaço rural/campo e desvaloriza a cultura desvirtuando as importâncias culturais e sociais camponesas em relação ao urbano, fortalecendo o questionamento sobre o processo educacional da escola do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com pesquisas e reflexões acerca da realidade da Escola do Campo que se comprova a necessidade de transformação para construção de uma proposta

curricular que esteja associada às reivindicações do MST. Diante da exterioridade dicotômica educacional na visão de inferioridade da educação rural, entende-se que a aplicação de uma política de inclusão voltada aos interesses da escola do campo e o movimento do MST, possa dar início a um procedimento de ruptura com a visão de atraso dos agentes do campo. A LDB propõe em seus artigos e incisos, processos na educação nacional a serem seguidos pelas instituições de ensino público e particular, com objetivo de desenvolver a educação formativa na vida familiar, trabalho, convivência humana.

É importante que o sujeito do campo se sinta valorizado, e a escola tem eficácia para transformar a realidade do sujeito do campo, pois é um ambiente de socialização e de informação, um espaço popular onde todos têm seu direito garantido à educação. Nesse aspecto a sociedade relegou um caráter marginal no processo histórico-social em relação aos sujeitos do movimento do MST. Pode-se mudar esta roupagem reforçando a construção de escola no espaço do campo e a necessidade de defender a concepção de educação fundada na identidade do trabalhador do campo. Resguardam-se os eventos que ora mobilizam vários centros e instituições educacionais e organizações governamentais e não governamentais que apóiam a luta do MST voltada a uma educação igualitária.

Na realidade atual, a escola deve atuar como um agente de mudança social, mas não pode ser vista como único meio de transformação, todos nós estamos ligados ao processo de educação, somos principais instrumentos desta transformação social, política, econômica e cultural. A interação e a educação são armas de mudança, para a melhora social, e é na escola que parte desta educação é aplicada, porém, quem controla e direciona os objetivos a serem estudados e aprendidos?

Suprimir e valorizar a cultura do campo são paradigmas que nos levam a uma reflexão sobre a escola no campo. Esta tem a função e a capacidade de examinar profundamente as novas condições criadas pelo movimento e reivindicações do MST, onde o sujeito possa interagir com o mundo, havendo uma aproximação com a

educação e construindo projetos para o desenvolvimento pessoal e coletivo dos agentes do campo. Todos acreditamos que devemos lutar por uma escola que prepare os jovens para a cidadania com uma educação geral, intelectual, profissional e conhecimento crítico e cultural.

Acabar com a discriminação educacional e a idéia dicotômica dela, assim como a separação social do campo e cidade e eliminar o conceito dicotômico tanto para educação do campo/cidade quanto para a do homem rural/urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel e MARTINS, Aracy Alves. **Educação no Campo: Desafios para a formação de professores.** Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009.

BRASIL. MEC/CNE. Diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo. Parecer CNE/CEB n. 36/2001, aprovado em 4 de dezembro de 2001.

BELTRAME, S. A. B. Cenários da escola do campo. In: FOERSTE, Erineu, MARGIT-SCHUTZ-FOERSTE, Gerda, CALIARI, Rogério. (orgs). **Educação do Campo. Povos. Territórios. Movimentos sociais. Saberes da terra. Sustentabilidade. Espírito Santo: UFES, 2009. CD-ROM.**

CALDART, R.S. Sobre educação do campo. In: FOERSTE, Erineu, MARGIT-SCHUTZ-FOERSTE, Gerda, CALIARI, Rogério. (orgs). **Educação do Campo: Povos. Territórios. Movimentos sociais. Saberes da terra. Sustentabilidade. Espírito Santo: UFES, 2009. CD-ROM.**

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petropolis, RJ: Vozes, 2010.

LEITE, Sérgio Celami. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LDB lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Estabelece a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acessado em: 5 de maio de 2011.

SOUZA, Maria Antonia de. **Educação do Campo: Proposta e prática pedagógica do MST**. Petropolis, RJ: Vozes, 2006.

MARTINS, Fernando José. **Gestão democrática e ocupação da escola: o MST e a educação**. Porto Alegre: EST, 2004.

MOREIRA, F. *As imagens sociais produzidas a respeito da "roça"*. In: FOERSTER, Erineu, MARGIT-SCHUTZ-FOERSTE, Gerda, CALIARI, Rogério. (orgs). **Educação do Campo. Povos. Territórios. Movimentos sociais. Saberes da terra. Sustentabilidade**. Espírito Santo: UFES, 2009. CD-ROM.

MUNARIM, Antonio. **Elementos para uma Política Pública de Educação do Campo**. Caxambu/MG, ANPED, 2005.

PEREIRA, Roberval Eloy. **A consolidação de escolas unidocente como política de educação para zona rural no Estado do Paraná**. São Paulo: Annablume / Fundação Araucária, 2002.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias, **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas.shtm>, área UFPA 2007 Pedagoga, Especialista em Gestão, Mestranda em Educação, da Linha Currículo e Formação de Professores, Turma 2007>. Acessado em: 3 de maio de 2010.